

**UNIVERSIDADE-FORMAÇÃO-PESQUISA: UM MANIFESTO  
SOBRE O QUE ESTÁ EM DEBATE**

**UNIVERSITY-EDUCATION-RESEARCH: A MANIFESTO ON  
WHAT IS IN DEBATE**

**UNIVERSIDAD-FORMACIÓN-PESQUISA: UN MANIFIESTO  
SOBRE LO QUE ESTÁ EN DEBATE**

**Osmar Hélio Alves Araújo<sup>1</sup>**  
**Ivan Fortunato<sup>2</sup>**  
**Emerson Augusto de Medeiros<sup>3</sup>**

**Resumo**

Este artigo foi escrito na forma de um manifesto, no qual se apresentam três aforismos para discutir sobre a relação tripartida Universidade-Formação-Pesquisa. O primeiro aforismo indica que a Universidade não deve se curvar ao mercado de trabalho e seus pressupostos neoliberais, mas, antes deve promover uma educação ampla, mas não utilitária. No segundo aforismo, discute-se o erro de que a formação universitária intelectual faz com que alguém se torne simbolicamente superior aos que não tiveram acesso ao ensino universitário. No terceiro e último aforismo, apresenta-se a pesquisa desinteressada como elemento fundante da Universidade como instituição de transformação cultural/social/humana. Ao final, espera-se promover novas e mais densas reflexões sobre o sentido mais complexo da Universidade como instituição de formação humana.

**Palavras-chave:** Universidade; Autonomia; Liberdade.

**Abstract**

This paper was written in the form of a manifesto, in which three aphorisms are presented to discuss the tripartite relationship between University-Education-Research. The first aphorism indicates that the University should not bow to the labor market and its neoliberal assumptions, but, rather, it should promote broad, but not utilitarian, education. In the second aphorism, the error that intellectual university formation causes someone to become symbolically superior to those who did not have access to university education is discussed. In the third and last aphorism, disinterested research is presented as a founding element of the University as an institution of cultural/social/human transformation. In the end, it is expected to promote new and denser reflections on the more complex meaning of the University as an institution of human development.

**Keywords:** University; Autonomy; Freedom.

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Adjunto do Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3396-8205>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0422935292610713>. E-mail: [osmarhelio@hotmail.com](mailto:osmarhelio@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias e Doutor em Geografia, ambos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus Itapetininga. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1870-7528>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8293044394759438>. E-mail: [ivanfrt@yahoo.com.br](mailto:ivanfrt@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (DCH/UFERSA), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3988-3915>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5799425932852626>. E-mail: [emerson.medeiros@ufersa.edu.br](mailto:emerson.medeiros@ufersa.edu.br)

### Resumen

Este artículo se redactó en forma de manifiesto, en el que se presentan tres aforismos para discutir la relación tripartita entre Universidad-Educación-Investigación. El primer aforismo indica que la Universidad no debe ceder ante el mercado laboral y sus supuestos neoliberales, sino que debe promover una educación amplia, pero no utilitaria. En el segundo aforismo se discute el error de que la formación intelectual universitaria hace que alguien se vuelva simbólicamente superior a quienes no tuvieron acceso a la educación universitaria. En el tercer y último aforismo, la investigación desinteresada se presenta como elemento fundacional de la Universidad como institución de transformación cultural/social/humana. Al final, se espera promover nuevas y más densas reflexiones sobre el significado más complejo de la Universidad como institución de formación humana.

**Palabras clave:** Universidad; Autonomía; Libertad.

### Introdução

Este artigo é um manifesto organizado a partir da pergunta provocativa feita na chamada para este número especial sobre a relação tripartida Universidade-Formação-Pesquisa: o que está em debate? Aqui, nos debruçamos sobre argumentos diversos, tecidos sobre a Universidade<sup>4</sup>, de modo a buscar coerência com nossa linha de pensamento a respeito da autonomia para Pesquisa e para Formação como elementos de transformação perene do *status quo*. Não se trata, obviamente, de esgotar os complexos sentidos e objetivos da Universidade (re)construídos ao longo dos séculos<sup>5</sup>, mas de refletir sobre o visto e o vivido em cotejamento com a perspectiva possível-desejada-projetada como lugar de ideiação para a própria humanidade.

Em tempos de tantos questionamentos à Universidade, à Formação e à Pesquisa, é urgente discutir e evidenciar que esse tripé é um bem público, gratuito e elemento central na promoção e na defesa da vida humana. Assim, um dos equívocos a ser combatido é a premissa de que esses elementos precisam estar alinhados à lógica neoliberal e/ou ao mercado de trabalho e às necessidades da indústria. Vimos essa lógica abraçando de forma tentacular a Universidade, por exemplo, sob a égide da ideia de *competências* permeando os projetos de cursos de graduação e pós, de extensão e até mesmo da pesquisa. Simões Dias (2010) recupera o sentido histórico dessa palavra, encontrando seu uso desde os anos 1970 “associada à qualificação profissional,

<sup>4</sup>Ao adotarmos a grafia ‘Universidade’ (primeira letra maiúscula) queremos pensar, com freire (1996), que ela seja uma instituição da descoberta, do verdadeiro testemunho ético de fazer justiça, de não falhar à verdade, de decisão, de opção e de rompimento do *status quo*, e, por consequência, de transformação (construção) da (s) vida (s), sobretudo a Universidade pública.

<sup>5</sup>Segundo a UNESCO, a Universidade mais antiga do mundo foi fundada no século IX, no Marrocos: <http://whc.unesco.org/en/list/170/>

vinculando-se ao posto de trabalho” (p. 74). Passa a ser incorporada na educação, pouco tempo depois, como “capacidade de agir *eficazmente* perante um determinado tipo de situação” (p. 74, grifo nosso), tornando-se, portanto, premissa indispensável para aferir a própria qualidade de uma Universidade – quanto mais eficaz, melhor.

A lógica neoliberal aparece, ainda, no predomínio da oferta de cursos noturnos (Inep, 2019), pois os estudantes trabalham durante o dia, logo, não se pode abalar a estrutura produtiva, ainda que essa estrutura seja orientada pela exploração da força humana de trabalho. Importante ressaltar que não há nada de errado com a oferta de cursos noturnos, pelo contrário, pois dá oportunidade de acesso a quem seria excluído; mas, priorizar o horário de estudos face ao horário *comercial* é um indicativo de quem está no comando. Assim, ao alinhar-se estritamente com o mercado, a Universidade parece ter perdido o seu foco e seu papel social.

Ao invés de produzir seres crítico-pensantes, atores da necessária transformação político/social/cultural, o que se vê é uma formação de adestramento de mão de obra para o mercado de trabalho, refém dos parâmetros neoliberais de produção, consumo e de responsabilização individual pelo próprio desenvolvimento (Chauí, 2001; Dias Sobrinho, 2013; Pimenta; Anastasiou, 2014). O cenário em que vivemos, de extrema complexidade e crise política, econômica e social, está impondo inúmeros desafios à Universidade e aos processos de ensinar-pesquisar, aprender e transformar. É preciso reconhecer, como pontua Orso (2017, p. 133) que “as agressões do capital se tornaram tão intensivas quanto extensivas e atingem todos os espaços da sociabilidade. E a educação não está imune a esses ataques”.

Nessa direção, autores como Freitas (2002), Dias Sobrinho (2013) e Nóvoa (2019), afirmam que esse quadro tende a abalar a construção de uma educação humanística e científica como bem público, gratuito e para o pleno desenvolvimento da pessoa e, assim, a sua inserção digna na sociedade. É nessa perspectiva que compreendemos que a autonomia e a liberdade – pilares fundamentais da tríplce Universidade-Formação-Pesquisa – também são abaladas, assim como os caracteres inclusivo e universal da Universidade.

Nesse contexto, refletir e debater sobre as próprias estruturas basilares da Universidade requer revistar experiências vividas ao longo do exercício do magistério

no ensino superior. Esse exercício discute o significado e a forma de se pensar a Universidade, a Formação e a Pesquisa de modo a não renunciarmos à nossa condição de cidadãos e nem à premente necessidade de uma educação superior voltada para a formação humana e, por isso, de caráter crítico e emancipatório. Sendo assim, neste texto, percorreremos um caminho que vai de encontro à perspectiva de articulação entre Universidade e a lógica empresarial-neoliberal de Educação Superior e, por isso, da ótica de regulação e da precarização da formação universitária no Brasil.

Ao escrever este manifesto, a posição que queremos assumir em face dessa ideia, tal como foi apontado por Nóvoa (2015), ao recordar os ensinamentos de Bernardino Machado, é que somos chamados a construir e a defender a existência da Universidade como escola de tudo, e, sobretudo, de liberdade. Entendemos, aliás, que se há algo que a sustenta é a liberdade de suplantar a indiferença do capitalismo neoliberal diante de uma sociedade desigual e demarcada historicamente pela exclusão e por “parte significativa da população [que] não teve e não tem direito a ter direitos” (Algebaile, 2017, p. 64).

Vimos, com Nóvoa (2015), que as influências externas, em uma perspectiva de mercantilização das Universidades e de processos empresariais de gestão que multiplicam os dispositivos de controle e de vigilância da profissão acadêmica, estão asfixiando a liberdade das Universidades. Segundo o autor, “o produtivíssimo, com todos os seus desdobramentos, está a destruir o espírito crítico, a liberdade de conhecimento e de criação” (p. 21). É diante dessa conjuntura que aqui trabalhamos e buscamos reconhecer que a Universidade, em suas diferentes feições, precisa agir nas questões sociais, políticas e éticas visando promover a emancipação humana. Por isso mesmo, reiteramos a liberdade e a autonomia como pilares fundamentais para o desenvolvimento da consciência crítica e indispensável à realização pessoal e ao exercício pleno da cidadania.

Segundo Nóvoa e Amante (2015, p. 22), “Os professores universitários depararam-se, ao longo dos séculos, com inúmeras situações de conflito e de repressão. Muitos viram as suas carreiras, e até as suas vidas, cortadas por gestos ditatoriais. Outros foram obrigados ao exílio ou ao silêncio”. Com isso perguntamos: mas seriam esses fatos antigos, diferentes no contexto político vigente no Brasil? Diante dessa

indagação, precisamos concordar com os autores ao afirmarem que: “A profissão acadêmica precisa de se libertar destes constrangimentos, construindo uma liberdade de ação e de criação que, hoje, se encontra seriamente posta em causa” (p. 22). Esse quadro nos desafia a discutir Universidade e investir na compreensão que liberdade e autonomia são dimensões inerentes à pesquisa e à formação quando construídas como elementos de transformação *perene* do *status quo*.

A Universidade já foi indicada como instituição de resistência, principalmente por meio da ação direta do professorado, por meio do que foi chamado de epistemologia da práxis: uma categoria crítica, reflexiva, mas acima de tudo emancipatória (Magalhães, Fortunato & Mena, 2020). Aqui, com o intento de ir além, nosso propósito é o de colocar três aforismos concernentes à Universidade, à formação e à pesquisa, quais sejam: (1) a Universidade como produtora de conhecimento, antes de ser formadora de mão de obra; (2) a Universidade como projeto de vida; e (3) a Universidade deve nutrir um interesse genuíno pela pesquisa.

Assim, buscamos discutir essas questões presentes no trabalho acadêmico e pedagógico fundamentando-as pela crítica conforme pensada por Japiassu e Marcondes (2006): como a “arte de julgar”, sendo adotada como uma postura a qual não admite nenhuma afirmação sem antes tentar esmiuçar sua constituição e seus reflexos. Trata-se, então, de tomar a crítica como um processo de busca conhecimento de si pelo qual, metaforicamente, não se aprende “a nadar fora da água, mas de analisar os movimentos do nado para determinar as possibilidades efetivas que ele oferece” (Abbagnano, 2007, p. 223). O que nos propomos fazer aqui é analisar o tripé Universidade-Formação-Pesquisa de dentro para fora, por uma ótica que pretende analisar para entender, mesmo que para isso seja preciso impor um tom mais amargo no nosso próprio trabalho. Conforme avançamos no texto, vamos apresentando os aforismos tecidos pela crítica.

Iniciamos pelo aforismo a respeito da proposta de que a Universidade não deve se curvar ao mercado de trabalho e seus pressupostos neoliberais, mas, antes deve promover uma educação ampla, mas não utilitária. No que segue, como segundo aforismo, discutimos uma ideia bastante errada de que a formação universitária é uma espécie de divisor de águas, servindo como alargador do fosso que separa a população mais rica da população mais pobre, que privilegia o trabalho intelectual ao trabalho

braçal, dentre outras formas culturais criadas pela pretensa (logo, falsa) ideia de que o conhecimento aprendido no ensino superior faz com que alguém se torne, numa espécie de causa-efeito, simbolicamente superior. Na sequência, no terceiro e último aforismo, tratamos da pesquisa desinteressada como elemento fundante da Universidade como instituição de transformação cultural/social/humana.

Ao final, esperamos com este manifesto suscitar nada além de novas e mais densas reflexões sobre o sentido mais complexo da Universidade como instituição de formação humana, criada e mantida pela e para a sociedade de forma ampla, não restrita ao mercado e seu modelo de produção e consumo.

***Aforismo primeiro:** antes da premissa da Universidade como estabelecimento de ensino para o mercado de trabalho, a Universidade precisa ser entendida como uma comunidade que promove o conhecimento e a cultura no seio da sociedade.*

Esta seção centra-se no argumento da Universidade como uma comunidade que promove o conhecimento e a cultura no seio da sociedade, em detrimento da ideia de Universidade como estabelecimento de ensino para o mercado de trabalho e suas competências. Segundo Tardif (2016), com o crescimento do mercado industrial e a ampliação da Educação Superior pelo mundo, sobretudo a partir de 1950, as Universidades passaram a ser consideradas como instrumentos de capacitação para atender aos interesses do desenvolvimento econômico dos Estados-Nação. Ainda segundo o autor, essa tendência se articula aos moldes do raciocínio empresarial-neoliberal na área de Educação de modo a colocar a Universidade a serviço do Estado e da economia.

Mais que discutir o aforismo em apreço, queremos aqui argumentar que antes da premissa da Universidade como contexto de formação para o mercado de trabalho, da “produtividade” fortemente articulada à lógica capitalista tendenciosa ao pragmatismo e ao utilitarismo, a Universidade deve interessar-se pela formação integral do ser humano, para além do treinamento de suas competências. Com isso, buscamos contrariar a perspectiva da existência da Universidade apenas para a expansão da formação demandada pelo sistema produtivo.

Queremos reiterar que vivemos imersos em um contexto no qual a lógica empresarial-neoliberal de educação, com seus inúmeros projetos de privatização da educação pública, parece cada vez mais inseparável do cotidiano das Universidades. Diante desse quadro, como agir? Como construir a Universidade como uma autêntica comunidade que promove o conhecimento e a cultura no seio da sociedade? Quais os desafios e o papel das Universidades? É possível pensar, em nossos dias, uma Universidade que coloca o ensino para o mercado de trabalho em segundo plano?

Importante registrar que não há nada de errado em educar para o trabalho, contudo, toda essa conjuntura das políticas neoliberais de penetração nas Universidades está a amiudar a liberdade e a autonomia na oferta de uma educação que promova, efetivamente, o conhecimento e a emancipação humana. Ao colocar em evidência todas essas questões, não estamos obstinados a condenar a educação que profissionaliza, pois ela é necessária, inclusive para promoção do bem-estar social. Por outro lado, a onipresença neoliberal em todas as esferas sociais e instituições não parece aceitar a ideia da promoção de uma educação desinteressada, ou seja, uma educação que não serve ao mercado por não ser imediatista nem utilitarista (Rolo, 2009).

Vimos isso, de forma contundente, na proliferação de discursos que descaracterizam o conhecimento científico e que pretendem colocar em xeque as dimensões social, política e ética da formação universitária, na perspectiva da emancipação humana e do compromisso da Universidade para com as sociedades e as questões de ordem social, econômica e cultural. Cabe, aqui, a advertência de Nóvoa e Amante (2015) de que: “A Universidade está inevitavelmente ligada às grandes questões da sociedade – saúde, educação, energia, ambiente, cidades, habitação, transportes, cultura, justiça... – e estas questões têm de estar presentes no trabalho acadêmico e pedagógico” (p. 31).

Esses autores nos ajudam compreender que a Universidade é, necessariamente, contexto para a formação do ser humano em sua integralidade, respeitando sua liberdade e autonomia de aprender. De todo modo, é importante reconhecer que a Universidade oferece uma gama de possibilidades de acesso ao saber. O uso que aqui fazemos do termo *saber* inclui necessariamente o entendimento da “[...] importância do retorno à sabedoria aqui compreendida como transformação da informação, à qual se

accede, em conhecimento-saber pessoal e, deste, em compromisso ético com o dever do mundo” (Sá-Chaves, 2018, p. 41).

Por isso, queremos argumentar ser a Universidade ambiente propício à reflexão, ação refletida, pensada e, sobretudo, da participação e do diálogo. Como bem resumiram Nóvoa e Amante (2015, p. 27): “A base da Universidade é a existência de uma comunidade de diálogo”. Por isso mesmo reiteramos que não há educação e nem Universidade sem diálogo. Logo não há diálogo sem liberdade e autonomia.

Precisamos reconhecer, pelo menos provisoriamente, que vivemos em tempos de crescimento da insensatez e da intolerância, assim como de negação do diálogo e da ciência. Afinal, quem de nós ainda não vislumbrou, nas mídias sociais, o despejar de informações ou conteúdos, sem crivo e reflexão, visando levar a Universidade ao descrédito?

Com isso, lidamos com um cenário de inúmeras notícias que semeiam, de reiteradas formas, a desinformação e a distorção consciente dos fatos históricos, políticos e sociais de transformação impetrados pelas Universidades públicas brasileiras por meio do trabalho de muitos educadores, tais como Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, dentre outros. É isso que as Universidades vêm fazendo ao longo da sua história: constituindo-se, de forma deliberada e sistemática, contexto de (trans)formação do ser humano, considerando as múltiplas nuances da vida, marcando positivamente as relações sociais e exercendo, especialmente, forte influência no modo como os sujeitos apreendem e transformam o próprio contexto social em que vivem.

A lucidez perante o quadro exposto nos permite entender que o papel predominante da Universidade na promoção, defesa e proteção do planeta Terra e da vida humana se encontra, hoje, não diferente de outros momentos da história da humanidade, seriamente posto em causa, em nome da “excelência”, do “empreendedorismo” do empresariado-neoliberal. Nesse contexto, novamente recorrendo a Nóvoa e Amante (2015), também entendemos que a “[...] educação deixa de ser um direito e transforma-se num dever: cada um tem a obrigação de se educar ao longo da vida para melhorar os seus níveis de empregabilidade” (p. 23). Podemos dizer, assim, que as lógicas neoliberais são, muitas vezes, indiferentes às necessidades suprimíveis da vida. Com isso, estão a destruir as possibilidades da existência da

Universidade como contexto social efetivamente formativo, crítico e comprometido com a garantia e a ampliação das oportunidades de acesso à formação universitária no Brasil.

De encontro ao cenário exposto, trata-se de reconhecermos a necessidade da configuração de uma Universidade que, por meio da formação integral do ser humano, faz emergir a cultura no cerne da sociedade e fortalece cada cidadão, respeitando primeiro sua singularidade antes de suas competências em prol da empregabilidade. Parafraseando Sá-Chaves (2018), defendemos a Universidade como um contexto no qual:

Os processos de aprendizagem e de formação constituem-se como atos conscientes, continuados, partilhados, nos quais a dimensão intrapessoal se fortaleça na interação com o Outro e, de onde é possível fazer emergir, a Pessoa que cada qual é capaz de ser, enquanto tradução original de uma cultura de pertença que é, também de todos os outros. (Sá-Chaves, 2018, p. 41).

Trata-se, por melhor dizer, da necessidade de olhares renovados sobre possíveis reconfigurações da ideia de Universidade de modo a torná-la sempre mais inscrita na vida humana, que, sem dúvidas, a demanda e a legítima. Trata-se, aliás, da necessidade de promover o conhecimento e a cultura no seio da sociedade.

A partir desses pressupostos, buscamos evidenciar que a Universidade é um dos principais artífices de formação da cidadania, cujo eixo condutor é uma educação de matriz humanista e transformadora, capaz de promover impactos significativos na promoção, defesa e proteção da vida. Essa perspectiva não é nova, obviamente, tendo sido destacada, por exemplo, na perspectiva gramsciniana de educação desinteressada, qual seja, aquela livre de finalidades práticas, pragmáticas, utilitaristas (Rolo, 2009). Trata-se, então, de uma educação na qual não se busca o conhecimento por meio da pergunta “para que serve?”, pois conhecer se torna o meio e o fim.

Essas reflexões que acabam de ser postas em destaque são fundamentais para o aprofundamento e consolidação da Universidade, bem como para a edificação de uma comunidade que promove o conhecimento e a cultura no seio da sociedade. Essas reflexões, ainda, tornam-se fundamentais para a compreensão do ensino como um processo, cuja essência foi bem delineada por Sá-Chaves (2018): “[...] fazer evoluir os

próprios contextos, as sociedades e cada cidadão na sua singularidade e dignidade próprias” (p. 40).

A Universidade precisa, portanto, formar e pesquisar com liberdade e autonomia e, assim, constituir-se como uma comunidade de formação humana. Ou seja, apostamos em uma Universidade que não cede à centralidade da formação aos interesses e “necessidades” empresariais-financeiros-neoliberais. Ao contrário, trata-se de uma Universidade que aposta na descoberta e na construção de um processo formativo integral, assumindo seus compromissos social, cultural e político que, por consequência, não cede espaço à visão neoliberal de educação.

Queremos, assim, reforçar a liberdade e a autonomia da Universidade que a qualificam como lugar em que a busca pelo conhecimento se torna seu objetivo maior e, se esse conhecimento vier a servir aos propósitos do mercado empresarial e sua lógica neoliberal, isso será apenas refração do trabalho educativo desenvolvido.

*Aforismo segundo: antes da premissa de qualificação profissional, a formação universitária deve ser um projeto de vida.*

Reiteramos nosso entendimento da necessidade de novas e possíveis reconfigurações para a Universidade de modo a torná-la sempre mais inscrita na vida humana, que a demanda e a legítima. Nessa perspectiva, mais que discutir o aforismo em apreço, queremos aqui argumentar que quanto mais a formação universitária for construída como um projeto de vida, mais humana será a Universidade.

Assim escreveu Sá-Chaves (2018, p. 38): “Há mais vida para além da escola, mais aprendizagens e mais motivações extramuros e mais profundos anseios no coração de quem aprende e de quem ensina”. Nóvoa e Amante (2015) endossam essa ideia, advertindo que a formação dos estudantes faz-se dentro e fora da Universidade, conectando-se com os problemas sociais, estudando, refletindo e intervindo na sociedade. Segundo os autores, não há como separar o tempo da formação (interno à Universidade) e o tempo da ação (depois da Universidade), pois há “[...] uma simultaneidade que transforma as problemáticas sociais em matéria pedagógica e induz processos pedagógicos *de maior proximidade com a vida e a sociedade*” (Nóvoa & Amante, 2015, p. 31, grifos nossos).

Pelas razões expostas, temos buscado aqui contrariar a formação universitária como alavanca para alargar as diferenças sociais, econômicas e culturais entre as pessoas. A graduação deve ser compreendida não como uma conquista particular, tida como um *diferencial no mercado de trabalho*, mas como fruto de uma realização humana: a organização da Universidade como lugar de construção e partilha do conhecimento. Não obstante, essa proposta não parece se inscrever no imaginário, pois a Universidade parece mesmo pertencer a esse acesso qualificado ao trabalho, tornando-se menosprezado aquele que não teve acesso, por condições, oportunidades e/ou interesse, e fazendo com que o portador de um diploma universitário se julgue melhor. Inclusive, Algebaile (2017) nos lembra sobre as:

Fendas que fomentaram fortes reações daqueles historicamente acostumados com um país, cujos donos sempre garantiram a seus filhos as melhores colocações, seja nas Universidades, seja no mercado de trabalho, caracterizando um “modelo meritocrático” em que o esforço pessoal é quase que completamente substituído pelas garantias do berço e do sobrenome. (Algebaile, 2017, p. 63).

Essa abstração é antiga, tendo sido registrada com clareza no centenário romance “Judas, o obscuro” de Thomas Hardy (1994). Nele, o professor Richard Phillotson ufana ao pequeno Judas sua oportunidade ímpar de abandonar o vilarejo em que vivia e trabalhava como mestre-escola, afinal, um diploma obtido na Universidade é “a indispensável pedra de toque para todo homem que quer ser bem-sucedido no ensino” (p. 19). Pois o lugar é o quartel-general da ciência, onde o conhecimento historicamente acumulado resta em segredo, sendo partilhado somente com aqueles que cumprem seus ritos, ampliando as chances de “vencer na vida”.

Essa quimérica história se passa na Europa, no século XVIII, e retrata os percalços de Judas em busca da Universidade como único meio de vencer na vida – mas, como não consegue penetrar no quartel-general, não vence na vida; muito pelo contrário, permanece à margem, pobre, infeliz e ainda sofre as consequências de não ter conquistado seu diploma. Mas, seria esse contexto fictício, antigo, diferente da proposta vigente de Universidade?

Cabe aqui reiterar a formação universitária pelo prisma da empregabilidade, como um diferencial no mercado de trabalho. Poderíamos nomear essa formação,

conforme Sá-Chaves (2018), como um “gesto técnico [que] pressupõe uma prática confiada às finalidades imediatas, normalmente de caráter utilitário, de matriz aplicativa e reprodutiva [...]” (p. 42). Parafraseando a autora, podemos dizer que na formação universitária, pela ótica da empregabilidade, não pode haver interferência de fatores críticos decorrentes da reflexão do próprio sujeito que age. Ao contrário, a “qualificação profissional” guia-se pelos requisitos e finalidades imediatas utilitaristas do e para o mercado de trabalho.

Partindo desse pressuposto, ousamos dizer que estamos convencidos que a compreensão crítica do contexto social e humano, e, por consequência, o compromisso político do sujeito em formação com o bem comum e sustentado pela ação de cada um/de todos, põe em risco a lógica reguladora e reprodutora da “qualificação profissional” do e para o mercado de trabalho. Nessa mesma direção, estamos também convencidos que muitos sujeitos, frutos dessa qualificação profissional do e para o trabalho, e, assim, oriundos de uma formação interessada, nada querem saber de modo mais ou menos conscientes, da cultura geral, humanística. Não obstante, é essa mesma realidade que ora parece se inscrever no imaginário desses sujeitos e, por consequência, faz emergir o sujeito menosprezado por não ter tido acesso à Universidade, por condições, oportunidades e/ou interesse, e o sujeito que se julga melhor por ser portador de um diploma universitário.

Como se observa, trata-se de um cenário de inúmeros excluídos. Alguns foram excluídos porque foi lhes tirado o direito a uma educação para além dos interesses de mercado, vistos, muitas vezes, como estoque de mão de obra; outros porque são sujeitos de uma geração que não teve acesso ao ensino universitário. Compreender essa estrutura fortemente excludente, que subjaz, muitas vezes, a história do Ensino Superior no Brasil, exige necessariamente a compreensão que a Universidade foi (e ainda é), muitas vezes, vista como contexto reprodutor das correntes de poder estabelecidos. Aliás, a Universidade como qualificação para o mercado de trabalho e, por consequência, atuando sob a ideia de uma educação desprovida de qualquer crítica acerca do contexto social é, aliás, reflexo contundente da hegemonia dos interesses neoliberais no campo educacional.

Assim, como já delineamos neste texto, a formação universitária não é (deveria ser) um processo técnico visando necessariamente o treinamento de competências, mas, na verdade, um processo totalizante no qual estão integrados todos os aspectos da complexa realidade humana, e um trabalho conjunto sobre e para a construção do conhecimento. Ou, ainda, como escreveu Nóvoa (2019, p. 6): “A educação superior é, necessariamente, um processo de formação pessoal, de leitura, de conhecimento, de desenvolvimento. Precisa de tempo, o tempo que [...] a empregabilidade não nos pode dar”. É por essa ótica reflexiva que argumentamos ser a formação universitária um projeto de vida.

Aliás, é nesse sentido que pensamos ser impossível pensar a formação universitária desligada dos fatores individuais, sociais e culturais que perpassam as ambiências formais e informais da própria vida humana. Concordamos com o exposto por Pimenta e Anastasiou (2014) de que a finalidade da Universidade é exercer, permanentemente, a crítica para produção de saberes “ a partir da problematização dos conhecimentos historicamente produzidos e de seus resultados na construção da sociedade humana e dos novos desafios e demandas que esta coloca” (p. 8). Ainda, é preciso concordar com Sá-Chaves (2018), quando expressa que os desafios de uma cidadania mais abrangente exigem necessariamente uma compreensão das finalidades ultimadas da formação universitária como um processo centrado no desenvolvimento integral das pessoas que aprendem, “com vista à sua cabal inserção e plena realização nas sociedades em mudança” (p. 46).

Por isso, se o sentido último da formação universitária pode ser entendido como a inserção e a plena realização humana nas sociedades, faz-se necessário apostar na Universidade que investe na formação para a emancipação humana. Isso significa, sobretudo, apoiar-se na liberdade e na autonomia visando formar o ser humano em sua integralidade. Assim, argumentamos ser necessária uma Universidade que fomenta uma formação como um projeto de vida. Nesse sentido, não basta formar para a vida. É preciso emergir da vida e como projeto de vida.

*Aforismo terceiro: Articulada às premissas da promoção do conhecimento e a cultura no seio da sociedade, e da formação universitária como um projeto de vida, a*

*Universidade deve nutrir um interesse fundamental pela pesquisa no cerne de um conjunto social-cultural vasto em permanente (re)construção.*

Reiteramos a Universidade como uma instituição articulada à vida. Uma expressão aparentemente simples, mas que revela a necessidade de uma formação capaz de adentrar a complexidade e o contraditório do contexto social/cultural que está o tempo todo em (re)construção. Nesse movimento, a pesquisa aparece como a possibilidade de compreender, para significar, esse mesmo contexto social/cultural existente. Assim, a pesquisa nos permite compreender aquilo que, muitas vezes, parece óbvio (ou inútil) e para além dele. Queremos realçar que a pesquisa é alicerce fundamental da identidade da Universidade, por meio da qual se vai estabelecendo o processo pessoal – ao mesmo tempo coletivo – de (trans)formação e compreensão do mundo.

Nesta seção, discutimos o aforismo terceiro: a pesquisa como cerne da Universidade, relacionando-a ao argumento que, por meio da relação pesquisador e contexto social, é instrumento autêntico para a compreensão e a libertação, no sentido de examinar, para a (re)construção da cultura.

Como escreveu Pádua (2004), a pesquisa é “[...] atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações” (p. 31). Alves e Garcia (2011) complementa essa ideia ao elaborar melhor o sentido de *conhecimento*, registrando-o como um processo perene, complexo, dialógico, histórico e, ao mesmo tempo, prático, pois envolve a experiência humana com aquilo que se almeja conhecer.

Assim, se o conhecimento pode ser entendido por essa perspectiva, podemos dizer, que a pesquisa, e, por consequência, o conhecimento emergem e se constituem a partir desse movimento biunívoco, ora buscando compreender para ressignificar a realidade social/cultural do homem, ora essa mesma realidade ressignifica, demanda e legitima o ato de pesquisar e, por melhor dizer, atribui significado ao conhecimento construído. Com efeito, nessas condições, pesquisar é muito mais do que atualizar (e expandir) olhares sobre questões e temas da cotidianidade social/cultural. Esse sentido dado ao conhecimento foi bem capturado por Orso (2017), ao anotar que:

[...] só transforma quem conhece, assim como, só conhece quem transforma. Ninguém transforma o que não conhece. O conhecimento pressupõe a compreensão de nosso passado, isto é, entender de onde viemos, as lutas que travamos, como nos transformamos, ou seja, o processo de desenvolvimento pelo qual passamos, bem como, conhecer a sociedade em que estamos vivendo, sua organização, sua forma de funcionamento, a divisão social, seus conflitos, suas contradições, seus antagonismos. (Orso, 2017, p.136).

Pesquisar, assim, diz respeito ao ato de assumir a dúvida, o medo e a incerteza como condição essencial para a constituição do conhecimento, da razão e do pensamento crítico, e, por consequência, para a emancipação social/cultural. A pesquisa permite-nos assumir a atitude crítica enquanto elemento essencial para a prática de intervir e conhecer o mundo na perspectiva freireana. Nesse sentido, temos a seguinte afirmação feita por Paulo Freire (1996), “não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores [...]” (p. 17), cuja frase se torna ainda mais completa com a ideia de que tudo isso não se assume sem a pesquisa. Isso porque, sob nosso olhar, a pesquisa nos permite sair da tranquila condição, muitas vezes, de espectador do mundo social/cultural do qual fazemos parte, tomando efetivamente parte dele e as responsabilidades que isso acarreta. Por isso, não podemos esquecer que:

Nosso processo de emancipação é muito duro. É até mesmo doloroso. Porque exige que assumamos o medo, o desamparo e a incerteza. Ademais, exige que assumamos nossa própria condição e nos contentemos com nossa miséria. Temos que aprender a viver na incerteza e na insegurança, pois nosso conhecimento nasce da dúvida e se alimenta de incertezas. (Japiassu, 1983, p. 14).

Ao que parece, não podemos negar que a pesquisa, como prática fundamental para o nosso processo de emancipação, exige sermos capazes de compartilhar questões e dúvidas, libertar-se de qualquer presunção de onipotência e forjar um processo de ruptura, de procura e opção-decisão, enquanto manifestação essencial da existência humana. O que nem sempre é fácil. Às vezes é mais cômodo fingir-se superior e dono da “verdade”; não trabalhar em favor da emancipação humana e, por isso, não compartilhar ideias e experiências. Pesquisar, ao contrário, implica prestar atenção (escutar, inclusive), ter desejo de compreender, valorizar, respeitar e guardar a palavra

alheia. Como nos ensinou Freire (2005, p. 19), “a palavra é essencialmente diálogo”. Assim, pesquisar é, em suma, inscrever-se em um permanente movimento de escuta, de diálogo e desvelamento do mundo como a prática de conhecer para (trans)formar.

É diante do exposto que queremos argumentar que, no cerne de toda pesquisa, há a possibilidade da formação de consciência numa perspectiva emancipatória à medida que provoca mudanças na forma como as pessoas compreendem o contexto social/cultural, a si próprias e aos outros. Ao mesmo tempo em que um sujeito investiga determinado fenômeno da realidade social/cultural e organiza suas ideias – por meio de alguma linguagem, seja oral, escrita, pictórica, numérica etc. – vive-se uma experiência reflexiva que serve de esteio para compreender, recursivamente, a si próprio e aos outros.

Assim, conforme recomendado por Leite (2014), a formação oferecida pela Universidade tem que ocorrer por meio de um ensino que se realiza com e através da investigação, e não apenas mirando a investigação como instrumento para a produção do conhecimento a ser transmitido. Inclusive, nos escritos de Paulo Freire (1996) também encontramos registrado que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 1996, p. 29).

A posição que podemos assumir em face desse quadro, tal como foi lembrado pelos autores, é defender o ensino como pesquisa e com pesquisa, no contexto da Universidade. Cunha (1992) afirma o seguinte: “O sistema social conscientemente envolve as pessoas numa espiral de ação sem reflexão. Fazemos as coisas porque todos fazem, porque nos disseram que assim é que se age, porque a mídia estimula e os padrões sociais aplaudem” (p. 190). Diante desse sistema, a autora argumenta que as pessoas tendem a abrir mão de sua própria individualidade, o que tende a asfixiar o trabalho educacional que se torna também refém dos tentáculos do sistema. Por isso, é preciso não perder de vista a Universidade como e com pesquisa, de modo a levar os estudantes e professores a “problematizar a especificidade histórica da produção de suas

próprias posições de sujeitos e os modos de sociabilidade que construíram nas contradições de suas trajetórias” (Cunha, 1997, p. 192). O ensino como pesquisa e com pesquisa no contexto da Universidade permite, assim, aos estudantes e professores dar-se conta da sua condição existencial e, por consequência “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar” (Freire, 1996, p. 41).

Essa perspectiva de trabalhar o ensino como pesquisa e com pesquisa permite, assim, tornar a pessoa visível para ela mesma. Por isso, não é bastante levar os estudantes à simples apreensão dos conhecimentos construídos por outros, pois é preciso colocá-los como sujeitos das suas próprias investigações. Paraphraseando Ferrer (1995), ousamos dizer que se vive a pesquisa para poder contá-la, ao mesmo tempo em que a desenvolvemos para dar sentido e (trans)formar a vida. Diríamos, por isso, que o ensino e a pesquisa se imbricam e se tornam parte inerente da vida de cada pessoa. É nessa perspectiva que compreendemos, conforme Cunha (1997), que “[...] não somente o produto da pesquisa é o que mais interessa, mas o processo de produção pelo qual vive o sujeito” (p. 191).

São nessas circunstâncias que reiteramos que a Universidade deve nutrir um interesse fundamental pela pesquisa, atrelada ao ensino, no cerne de um conjunto social-cultural vasto em permanente (re)construção. Isso porque, para além das ideias aqui já expostas, a pesquisa sempre existiu em todos os tempos e lugares, e continuará sempre em toda parte, porque ensinar-aprender-pesquisar são necessidades insuprimíveis da vida, assim como é o pensar, o conhecer, o saber e a própria existência da educação.

Com isso queremos considerar que a história da Universidade é também a história da pesquisa – isto é, a Universidade constitui-se no plano da pesquisa como esse processo de mediação do encontro entre o sujeito e o contexto social/cultural do qual é parte visando à transmissão do legado cultural. Nesse sentido, se há algo que precisamos compreender acima de tudo é a Universidade e, por consequência, a pesquisa, em sentido amplo, como uma experiência humana plena de profundidade, que vai muito além de qualquer vivência que tende à superficialidade, à pressa e à irreflexão. Cabe, então, o alerta feito por Neill (1984) de que o ensino universitário e seus diplomas “não fazem a mínima diferença na confrontação dos males da sociedade”

(p. 26); claro que essa ácida constatação diz respeito a uma formação universitária que desrespeita suas próprias potencialidades de permanente (re)construção e (trans)formação social/cultural, além da promoção da emancipação do *status quo* de qualquer que seja a ideologia e/ou lógica dominante.

### **Manifestamo-nos por meio de três aforismos... e agora?**

Estamos imersos em um complexo contexto global neoliberal voltado para manutenção de um *status quo* que revoga as lutas e conquistas do próprio projeto de humanidade construído desde o final da segunda Guerra. Sendo assim, nosso propósito neste manifesto foi o de colocar algumas questões concernentes à tríplice Universidade-Formação-Pesquisa neste cenário marcado por inúmeras crises políticas e sociais que, muitas vezes, estão a legitimar e naturalizar o descaso com a educação pública do país e desdenhar do seu papel no processo de transformação. Entretanto, não tínhamos como meta esgotar tais questões.

Aqui, nosso intento foi o de colocá-las em destaque e, na medida do possível, indicar algumas razões que tornaram formuláveis alguns aforismos. Uma vez colocadas, tais questões podem vir a subsidiar uma abordagem da Universidade cada vez mais arraigada no contexto social/cultural, superando seu cativo da lógica neoliberal. Se isto vier a ocorrer, já estarão justificados nossos esforços de reiterar a Universidade como uma comunidade que promove o conhecimento e a cultura no seio da sociedade. Nessa circunstância, então, teremos fortalecida a formação universitária como um projeto de vida, pelo qual a Universidade nutre um interesse fundamental pela pesquisa no cerne de um conjunto social-cultural vasto em permanente (re)construção.

Não obstante, o desafio está posto: com a disseminação de inverdades nas redes sociais, vive-se em um cenário que coloca em xeque as correntes críticas de educação articuladas à transformação do meio social/cultural, e as inúmeras investidas da conjuntura econômico-política atual, alinhada à produção capitalista. Observam-se, assim, inúmeras e reiteradas tentativas das chamadas elites empresariais de silenciar, ou pelo menos diminuir, as possibilidades de debate e de investimento na pesquisa e na formação de cidadãos críticos e questionadores de uma realidade injusta que beneficia apenas alguns. Além disso, assiste-se a pulverização da consciência crítica pelas

artimanhas de um movimento neoliberal que “engole” o sujeito e retira-lhe a condição de sujeito social-histórico, transformando-o em mero objeto do sistema econômico-político-social, cada vez mais desumano, desigual e excludente.

Trilhamos aqui um caminho oposto e, por isso, reiteramos a necessidade da formação universitária como um projeto de vida. Assim, faz-se necessário investir em uma Universidade calcada na realidade concreta e capaz de projetar-se com liberdade e autonomia. A formação universitária, por essa perspectiva, seria um modo individual e coletivo, profundo e transformador de si e do mundo e a serviço da emancipação humana. Precisamos continuamente construir uma formação que provoque a transformação, pois, sem ela, nos resta apenas continuar testemunhando a Universidade a serviço de um mercado que, paradoxalmente, atua contra a própria humanidade.

## Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia*. 5a ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Alves, N. & Garcia, R. L. (2011). A construção do conhecimento e o currículo dos cursos de formação de professores na vivência de um processo In: Alves, N. (org.). *Formação de Professores: pensar e fazer*. 11a ed. São Paulo: Cortez, 73-88.
- Algebaile, E. (2017). Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: Frigotto, G. (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 63-75.
- Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: UNESP.
- Cunha, M. I. (1997). Conta-me agora: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. *R. Fac. Educ*, São Paulo, 23(1/2), 185-195
- Dias Sobrinho, J. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. *Avaliação*, Campinas, 18(1), 107-126.
- Ferrer, V. (1995). La crítica como narrativa de las crisis de formación. Em J. Larrosa, R. Arnaus, V. Ferrer, N. Pérez, F. Connelly, D. Clandinin et al, *Dejame que te cuente. Ensayos sobre narrativa y educación* (pp. 165-190). Barcelona: Laertes.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra
- Freitas, H. C. L. (2002). Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação e Sociedade*, Campinas, 23(80), 136-167.
- Hardy, T. (1994). *Judas, o obscuro*. São Paulo: Geração Editorial.

- INEP (2019). *Sinopse estatística da Educação Superior 2018*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Japiassu, H. (1983). *A Pedagogia da incerteza e outros estudos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Japiassu, H.; Marcondes, D. (2006). *Dicionário básico de Filosofia*. 4a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- Leite, C. (2014). Políticas e ideias que têm orientado o currículo e a docência no Ensino Superior. In: Fernandes, D. et al (org.). *Avaliação, ensino e aprendizagem no ensino superior em Portugal e no Brasil: realidades e perspectivas*. Lisboa: Educa e Autores, 45-62.
- Magalhães, S. M. O.; Fortunato, I. & Mena, J. (2020). La universidad como resistência: em busca de uma epistemologia de la práxis. *Rev. HISTDBR On-line*, Campinas, 20, e020001, 1-14.
- Neill, A. S. (1984). *Liberdade sem medo (Summerhill)*. 23a ed. São Paulo: IBRASA.
- Nóvoa, A. (2019). O futuro da Universidade: o maior risco é não arriscar. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, 14(29), 54-70.
- Nóvoa, A. (2015). Carta a um jovem investigador em Educação. *Investigar em Educação*, Braga, 3, 13-22.
- Nóvoa, A. & Amante, L. (2015). Em busca da liberdade: a pedagogia universitária do nosso tempo. *REDU*, Valencia, 13 (1), 21-34.
- Orso, P. J. (2017). Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido. In: Frigotto, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 133-144.
- Pádua, E. M. M. (2004). *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 10a ed. Campinas: Papyrus.
- Pimenta, S. G. & Anastasiou, L. G. C. (2014). *Docência no ensino superior*. 5a ed. São Paulo: Cortez.
- Rolo, M. (2009). Gramsci e o conceito de educação desinteressada. In: Monken, M. & Dantas, A. V. (org.). *Estudos de politécnica e saúde: volume 4*. Rio de Janeiro: EPSJV, 77-93.
- Sá-Chaves, I. (2018). Volta Pedagogia. In: Shigunov Neto, A. & Fortunato, I. *Saberes Pedagógicos: perspectivas & tendências*. São Paulo: Edições Hipótese, 36-48.
- Simões Dias. (2010). Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Psicol. Esc. Educ.*, Campinas, 14(1), 73-78.
- Tardif, M. (2016). Entrevista. *Em Aberto*, 29 (97), 133-140.

Recebido: 13/09/2020

Aceito: 18/10/2020

Publicado: 30/06/2021

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.